

Consórcio Setentrional de Educação a Distância de Brasília  
Universidade de Brasília  
Universidade Estadual de Goiás  
Licenciatura em Biologia

Mariana Caixeta Faria

Inclusão social de alunos especiais na educação

Brasília - DF

2011

Mariana Caixeta Faria

## Inclusão social de alunos especiais na educação

Monografia apresentada, como exigência *parcial* para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas, na Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Ms Anne Caroline Dias Neves.

Brasília - DF

2011

Mariana Caixeta Faria

## Inclusão social de alunos especiais na educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência *parcial* para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas da Universidade de Brasília.

Aprovada em junho de 2011.

---

Profa. Ms. Anne Caroline Dias Neves  
Orientadora

---

Lélia Leoi Romeiro

---

Melissa Monteiro

Brasília - DF

2011

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus por tudo que já fez, está fazendo e ainda fará em minha vida.

À minha mãe Alene que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida e nunca me deixou desistir de lutar pelo que quero.

Ao meu pai Valdir que sempre se preocupou com minha educação e a minha irmã Raquel que me acompanhou durante esses 4 anos de curso.

Agradeço ainda a minha amiga Natália, que várias vezes trabalhou em meu lugar para eu poder estudar, aos meus colegas de faculdade e a minha orientadora do TCC Anne Caroline. Sem vocês nada seria...

“Tem gente que sonha com realizações importantes, e há quem vai lá e realiza”.

George Bernard Shaw

## RESUMO

CAIXETA, Mariana Faria. Inclusão social de alunos especiais na educação. 2011. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em Ciências Biológicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambiente físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais. A escola com seus profissionais deve assumir este compromisso, acreditando que as mudanças são possíveis desde que haja uma transformação nos atuais moldes do ensino, sendo "a escola uma das instituições (senão a principal) responsável pela construção desta sociedade, atendendo a todos indiscriminadamente". Uma das formas para que, o processo de inclusão social de alunos com deficiência no mercado de trabalho aconteça, é por meio da educação. A inclusão social dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares, é um direito que esses alunos possuem. As escolas têm por seu dever e por direito dos cidadãos, receber e preparar todas as crianças e adolescentes independentemente das características de cada um, inclusive os alunos que possuem alguma deficiência. A educação acontece em todo e em qualquer lugar, mas na escola ela é intencional, portanto, o olhar do educador tem que ser o olhar das possibilidades. Portanto, não só a escola deve estar disposta a empenhar-se em incluir alunos especiais na educação mas a sociedade como um todo, deve estar aberta e se adaptar para a inclusão social. E, não basta ser uma sociedade aberta e acessível a todos os grupos, mas também uma sociedade que encoraja a participação e aprecia a diversidade e as experiências humanas.

Palavras-chave: inclusão social,aluno especial,educação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>10</b>
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>23</b>
<b>4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>24</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata o tema inclusão do portador de necessidades como um dos novos desafios da educação brasileira, legalmente defendido pela Lei nº 9394/96, o qual atribui à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos.

Quando se fala em inclusão social não se deve restringir à inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas, mas deve ser um pensamento voltado para uma sociedade inclusiva, abrangendo todo e qualquer cidadão, a comunidade por inteiro e o governo em conjunto, fazendo uma integração entre as várias secretarias (Secretaria de saúde, obras, lazer, esporte, transporte,...).

Um bom começo para pensar e agir em prol de uma sociedade inclusiva é iniciar pela inclusão social dentro da escola, pois na escola sempre, de alguma maneira se vivencia várias diferenças como por exemplo culturais, sociais e econômicas. Ao mesmo tempo a escola é um lugar de formação e transformação da pessoa, portanto, a escola é o lugar ideal para incluir esses alunos que possuem necessidades especiais, pois eles são pessoas que têm os mesmos direitos que qualquer aluno dito “normal” e para que realmente aconteça esse processo de inclusão social de forma verdadeira, tem que haver uma reforma nas escolas e no modelo educacional, promovendo acessibilidade para todos com eliminação de barreiras arquitetônicas, latitudinais e programáticas, é preciso também mudar de paradigma, como também mudar a visão de mundo, transformando o olhar das limitações em olhar das possibilidades.

As reformas educacionais e todas as interrogações sobre o papel da escola exigem que se repense a prática pedagógica tendo a Ética, a Justiça e os direitos Humanos como eixos. Este tripé sempre sustentou o ideário educacional, mas nunca teve tanto peso e implicação como nos dias atuais, em que se luta para vencer a exclusão, a competição, o egocentrismo e o individualismo, em busca de uma nova fase de humanização e de socialização, que supere os pressupostos hegemônicos do liberalismo, baseado na interatividade, na superação de barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais e acessível a todos.



## 2. REVISÃO DE LITERATURA

O nome reintegração traz implicitamente a idéia da desintegração. É o que é dito em Marques in MANTOAN (1997, p.20). "Só é possível reintegrar alguém que foi desintegrado do contexto social e está sendo novamente integrado". Os portadores de deficiência conseguem conviver socialmente com sua família, porém fica difícil essa convivência na escola, no clube, na igreja e nas outras áreas da sociedade porque é colocada como um ser diferente. Mader in MANTOAN (1997, p.45) aponta como causa os seguintes conceitos básicos:

- pessoas portadores de deficiência não correspondem as expectativa, são anormais, diferentes (estigmatização);
- pessoas portadores de deficiência não são muito capazes, são pouco produtiva ("apêndice inúteis da sociedade"), (Fernandes, 1995);
- pessoas portadores de deficiência não se encaixam nos valores da sociedade.

Com tudo isso buscou-se a educação individual do P.N.E. Como forma de integração com os seres normais, a fim de desenvolver sua normalidade para melhor integrá-lo através de sua aprendizagem. A principio a idéia era de normalizar estilos e padrões de vida, porém isso acabou sendo confundido com a noção de "tornar normais as pessoas deficientes" SASSAKI (1997, p.32).

Por causa das lutas pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, na década de 80, que a prática da integração social se torna mais forte. Mas, foram os novos conhecimentos avançados na comunidade científica, que perceberam a integração insuficiente para esse problema considerando que os deficientes não participavam de maneira plena e igual aos demais.

Ao considerar que a diferença é inerente ao ser humano, e reconhecendo a diversidade como algo natural, em que cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, um novo conceito surge, denominado Inclusão. "Este é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos" Mader in MANTOAN (1997, p 47).

"Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade" SASSAKI (1997, p. 41). Assim, a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações.

A inclusão social, portanto é importante para a construção de um novo tipo de sociedade através de mudanças, pequenas e grandes, nos ambiente físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.

É dito no capítulo V - da Educação Especial, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lança, tanto para a escola como para toda sociedade, um desafio muito grande no que se refere à Inclusão. Fala-se em sociedade quando a escola está inserida em um contexto social o qual se modifica com o desenvolvimento de sua gente, de sua tecnologia, de sua ciência, envolvidos em uma estrutura globalizada.

A escola é uma instituição mediadora na construção do conhecimento, e tem como objetivo levar cultura para um número cada vez maior de pessoas, leva para si uma gama de responsabilidade muito grande. "É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tenha papel muito importante, é da escola a maior parcela" Mello in MANTOAN (1997, p.13).

Os profissionais da educação devem trabalhar por uma escola inclusiva, com qualidade de ensino, pois sabe-se da importância da educação básica. A educação básica é a chave mestra do desenvolvimento econômico e social de um país. Não é que ela não está só neste desafio. É necessário uma justiça que funcione, de uma saúde que abrigue a todos e de uma política comprometida com o cidadão. "Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos, a sociedade inclusivista" SASSAKI (1997, p.42).

A escola com seus profissionais devem assumir este compromisso e acreditar que as mudanças são possíveis através uma transformação nos atuais moldes do ensino, sendo "a escola uma das instituições (senão a principal) responsável pela construção desta sociedade, atendendo a todos indiscriminadamente" THOMA (1998, p.50).

"Acreditamos, que ao incluir o aluno com deficiência mental na escola regular, estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas" MANTOAN (1997, p.120).

No Estatuto da Criança e do Adolescente recomenda, em seu Art. 15 "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento..." E continua, no Art. 53 "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa... assegurando-se-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola..."

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu Capítulo V Da Educação Especial, diz que: Art. 58." Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Considerando o aspecto legal inserido na lei, e o científico em que de acordo com Vygotsky apud CARNEIRO (1991, p.101) "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial a seu desenvolvimento", estas exigências requererem da escola uma nova estrutura, um novo conceito em relação à formação do futuro cidadão e uma visão renovada de seus conceitos e pré-conceitos com relação ao diferente.

"A questão da integração representa um movimento de inovação do sistema de ensino que, em princípio, já deveria existir, abrangendo as diferenças existente mesmo entre os não deficientes" CARNEIRO(1997, p.33).

É possível refletir sobre inclusão social pensando da seguinte forma:

1- O que é possível imaginar ao ver um ser que não se assemelha com os demais em sua aparência física, ou destoa dos demais por ser agitado, apresentar comportamento inadequado para as situações, ter problemas na fala ou até mesmo fala com as mãos?

2- Como é possível reconhecer que este ser poderá construir algum conhecimento, sendo respeitado as suas diferenças?

3- Como se relacionar com uma pessoa tão diferente em sua aparência, mas tão igual na sua essência de humano?

A questão não está em como somos em relação ao outro. O problema não são os deficientes, mas, os pré-conceitos que são estabelecidos num dado momento sócio-histórico cultural, em que esses interferem em nossos pensamentos e ações com relação ao "diferente".

Porém, refletir o direito que assiste a todo ser humano, decidir qual a melhor maneira de viver e de conviver com o outro, sem que para isso se tenha que ser igual ao outro, é direito e deveria ser respeitado por todos sem exceção.

Com a inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular, acredita-se que só terá os efeitos desejados se, essa inclusão tiver como meta a integração, e se for aceita por toda a comunidade escolar. Sabe-se que os propósitos da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na escola, requer que se trabalhe todo o contexto onde o processo deve ocorrer.

As teorias pós-críticas da educação trazem várias contribuições nesse sentido. Silva (1999) ao levantar as conexões entre currículo e multiculturalismo, esclarece o sentido da diferença e identidade, os vínculos entre conhecimento, identidade e poder, permitindo que se aprofunde na questão da desconstrução das narrativas e das identidades nacionais. A atitude racista, e porque não dizer também, a atitude discriminatória ante alunos com necessidades educativas especiais, pode ser vista através das teorias críticas da educação como o resultado de uma complexa dinâmica da subjetividade, que inclui contradições, medos, ansiedades, resistências e cisões. A análise contemporânea da questão da inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular, estudada através do conceito de "diferença", faz ver que a dificuldade de inclusão desse aluno no ensino

regular é uma limitação do sistema de ensino, que leva a uma visão distorcida da comunidade escolar, posta pelo currículo escolar.

As teorias críticas da educação são um campo aberto a esse trabalho, desde que a inclusão desse aluno no ensino regular seja visto sob a ótica da integração e a análise do conceito de diferença, classificação, enquadramento, identidade e poder, proporcionado por essas teorias. O currículo pode ser concebido de outra forma. Saviani (2000, p.18) observa, *“que se a educação não se reduz ao ensino este, sendo um aspecto da educação, participa da natureza própria do fenômeno educativo”*. E vai mais além ao afirmar que:

...a própria institucionalização do pedagógico através da escola é um indício da especificidade da educação, uma vez que, se a educação não fosse dotada de identidade própria seria impossível a sua institucionalização. Nesse sentido, a escola configura-se numa situação privilegiada, a partir da qual podemos detectar a dimensão pedagógica que subsiste no interior da prática social global.

...a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. (Saviani, idem)

Essa afirmação reforça o desafio do educador de lutar pela inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na escola e mais precisamente no ensino regular, para que se estenda a todos o conhecimento elaborado, o saber sistematizado e não o conhecimento espontâneo e o saber fragmentado.

A escola deve fazer jus ao conhecimento que justifica sua existência, além disso, segundo o próprio Saviani (1991 e 2000), é a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que torna necessária a existência da escola. Para que ela cumpra esse papel, deve melhorar seu funcionamento e deixar de lado a prática das pedagogias de compensação, como as realçadas pela primeira forma da teoria do *handicap* sociocultural (Crahay, 1996), que prevaleciam nos anos 60: ...o insucesso escolar dos alunos das famílias populares é explicado em termos de faltas em relação à cultura escolar, considerada A Cultura. Para explicar esse ponto de vista e mostrar que existe forte correlação entre o insucesso ou sucesso escolar, Crahay (idem, p.9-10) refere-se à teoria da reprodução e menciona Bourdieu e Passeron, para os quais *“a escola avalia as*

*competências dos indivíduos segundo as normas próprias das classes dominantes. Como conseqüência, as crianças das outras classes sociais ficam a uma distância da cultura escolar e têm menos sucesso do que as crianças das classes ‘privilegiadas’*”. Outro ponto de vista é encontrado na concepção do *handicap* sociocultural.

A teoria do *handicap* sociocultural faz realçar a privação de estímulos intelectuais de que sofreriam as crianças de famílias modestas. A estas faltariam não só os meios financeiros, mas também os recursos culturais. O autor evidencia, então, que “desde logo é lógico” observar, na maior parte das crianças destas famílias, algumas deficiências de ordem cognitiva e lingüística. Em conseqüência disso, essas crianças teriam menos sucesso na escola. Como paliativo surgiam as pedagogias de emergência ou compensatórias, isto é, buscava-se *prover as crianças destas vitaminas intelectuais que lhes faltam na sua família, para compensar as suas carências* (Charlot *apud* Crahay, 1996, p.10). Numa segunda abordagem, o insucesso destas crianças explicar-se-ia em termos de distâncias entre a cultura da criança e a da classe dominante, e na terceira concepção do *handicap* sociocultural, a questão é resolvida em detrimento da escola, pois retoma a teoria da deficiência institucional. Apenas a primeira das três teorias coloca a criança como deficiente, a segunda e a terceira dão como deficiente principalmente a escola.

Tais considerações mostram que é necessário aceitar que os sistemas de ensino são variáveis modificáveis (Bloom *apud* Crahay, 1996), que a educação pode ser vista de outra perspectiva (Silva, 1999) e que as crianças aprendem apesar da escola, mas a escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber (Saviani, 2000). E como

entende Saviani (*idem*), as atividades da escola básica devem se organizar a partir dessa questão, pois o currículo, é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.

É essencial reconhecer o caminho da integração e, principalmente, da inclusão, onde se espera que o professor não faça da turma uma homogeneidade,

trabalhando como se todos tivessem a mesma capacidade na sua construção do conhecimento.

A escola traz consigo experiências de cultura e de saberes que atendiam às necessidades de uma determinada época e clientela. Se antes o deficiente era eliminado da sociedade, hoje ele tem seu direito adquirido por uma lei, a qual o coloca como um ser igual às outras crianças, vivendo como as outras e recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Para isso, há de repensar com muito cuidado sobre a estrutura escolar, nossa avaliação, nossa interação com as famílias e os conhecimentos adquiridos pelos professores para atender a este aluno.

As inovações que ocorreram desde a implantação de leis diz respeito à escola, ao aluno especial, à família, ao professor e a todas as pessoas que fazem parte deste processo. Por isso, muito já se discutiu e muito há o que discutir, pois a sociedade, de certa forma, custa a perceber as mudanças que estão ocorrendo e a processá-las em sua prática social.

Isso tudo deve ser visto como uma caminhada, como uma construção que é elaborada em cima de estudos e pesquisas que através de um conhecimento mais amplo e aprofundado, criando o caminho da sensibilidade. É na formação diferenciada do profissional da educação, que hoje se faz necessário, que irá acontecer à inclusão do P.N.E.. Um dos fatores principais dessa formação está relacionado à capacidade de o professor reconhecer e proporcionar o desenvolvimento das potencialidades do P.N.E...

Muitas vezes, não apostamos na Inclusão, por ser ela algo que ainda não aconteceu, os professores terão que inovar sua própria prática, seu próprio conceito, e isso mexe com muitas estruturas que já estão de certa forma enraizadas. Conforme MANTOAN (1997, p.44)"as grandes inovações estão, muitas vezes, na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades"

Acreditar nas inovações é o caminho mais seguro para a efetivação da escola inclusiva.A inclusão plena ocorre quando professores das mais variadas

diversidades descobrem o valor de ensinar através da troca, reconhecendo seus alunos como seres capazes de realizações, interagindo com as famílias na busca por soluções de seus problemas familiares, os quais interferem diretamente na sala de aula, procurando apoio em todos os setores da escola na realização de tarefas conjuntas e garantindo a participação dos alunos nas decisões de sala de aula, estaremos construindo não apenas a escola que irá atender ao portador de necessidades educativas especiais, mas a escola que atenderá a todos, ou seja, a escola inclusiva.

"...é de suma importância ressaltar as vantagens que a integração representa, tanto para os portadores de deficiência quanto para aqueles alunos considerados normais, pelas necessárias modificações do sistema de ensino no sentido de sua mobilização" CARNEIRO (1997, p.34).

A realidade de nosso país e de outros tatos dão conta de uma exclusão que se agrava cada vez mais em detrimento de uma política social inexistente. A falta de emprego, por exemplo, poderá levar ao rompimento da estrutura familiar, apresentado em seu meio vários problemas de: alcoolismo, drogas, prostituição infantil, trabalho infantil e escravo, a falta de alimentação adequada ao crescimento da criança e a falta total de conhecimento dos pais em estimular seus filhos, oferecendo um ambiente favorável e sadio na busca por uma escola com qualidade de ensino.

A história revela as fases de exclusão onde a sociedade a transformou em atendimento segregado para a integração e, hoje, em inclusão. Porém, essas fases não se processaram sempre ao mesmo tempo, e nem com todos. Sobre isso diz que "o movimento de inclusão começou incipientemente na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países".

A inclusão é um movimento com apenas um interesse: construir uma sociedade para todos. Mesmo sendo muito recente o movimento sobre inclusão, o conhecimento das diferenças que se apresentam em cada criança que será incluída torna-se fundamental neste processo. RABELO cita que "hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma



escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social". Diante dessas circunstâncias, qual seria o papel da escola e, especificamente, do professor para evitar a exclusão? É tarefa da escola resolver estes problemas que poderiam ser as causas da exclusão de um aluno? Se é papel do professor, qual é a formação que este deve receber para enfrentar todas estas diversidades que se remetem às necessidades especiais?

Todos aqueles que entendem a educação como um direito de todos, são responsáveis por esse desafio. Não basta incluir o P.N.E. No ambiente escolar; é necessário trabalhar em conjunto com toda sociedade com o desejo de oferecer uma educação capaz de transformar sua realidade, construindo uma sociedade onde caibam todos.

Os professores devem ser adequadamente preparados, uma vez que com a inclusão estarão recebendo alunos com várias necessidades específicas como a Paralisia Cerebral, Distúrbios Abrangentes de Desenvolvimento e Deficiência Mental, surdez, cegueira, entre outros. Para a capacitação dos professores e principalmente para que ocorra a verdadeira inclusão social dos alunos com deficiência é necessária a presença de toda a equipe pedagógica/educacional da escola, das famílias de todos os alunos (que têm necessidades especiais ou não), e de uma equipe de apoio presente e estruturada com psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, médico e monitores.

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade. E, sob o enfoque escolar é processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas, de acordo com as necessidades e habilidades do aluno. (Política Nacional de Educação Especial; 1994, MEC. P. 18).

A equipe de apoio tem como função contribuir com o processo de inclusão social, orientar os professores, a equipe pedagógica/educacional da escola e os pais, e estar acompanhando os alunos com necessidades especiais. Todos esses profissionais da equipe de apoio que devem participar da inclusão social são também de alguma forma educadores, portanto, todos devem trabalhar realmente abraçados à sociedade inclusiva, acreditando que é possível, que possibilidades

existem e são muitas e tendo em mente que totalmente prontos e preparados nunca estarão, mas em prontidão todos devem estar em tempo integral, pois para acontecer a inclusão, primeiro tem que existir a vontade de incluir (...). Nós devemos nos esforçar para produzir cidadãos que sejam não apenas capazes de sobrevivência num mundo rapidamente em mudança, mas que estejam permanentemente abertos à possibilidade de mudar a si próprios ou de serem mudados. (Foucault apud Deacon e Parker, 200, p. 151).

Uma das formas de acontecer a inclusão social por meio da educação é a promoção da formação profissionalizante, que é uma oportunidade para que os alunos com deficiência sejam capacitados para o mercado de trabalho. Em particular, o processo de inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, está diretamente ligado à psicologia, visando a sociedade como um todo e em especial às relações educacionais.

Com relação à educação do surdo, deve-se ter a clareza de que "integração escolar e integração social não podem ser tidas como sinônimo, pois ir a escola com os demais não significa ser como os demais. Uma efetiva integração escolar depende de como cada escola aceita e trabalha com as diferenças. Para o surdo poder estar, efetivamente, incluído na classe com os ouvintes, ele necessitar dominar a língua oral o que só pode ocorrer após seu desenvolvimento em língua de sinais" THOMA (1998, p.46). Esse aspecto da aquisição do conhecimento do surdo é extremamente importante, pois, na escola inclusiva, se o professor e os colegas não dominarem a língua de sinais, o surdo fica fora dos debates, das decisões e da integração com os colegas nos momentos de brincadeira que fazem parte do aprender.

Em detrimento da falta de uma comunicação efetiva torna-se difícil a inclusão; poderá acontecer a integração social, mas não a efetiva inclusão do surdo no meio ouvinte. Por esse motivo é que SKLIAR (1999, p.27) diz que "é possível intuir como a prática e o discurso da inclusão se transforma, para as crianças surdas, em uma experiência sistemática de exclusão ou, melhor dito, de inclusão excludente".

Segundo o pensamento de Vygotsky apud RABELO(1999, p.20)"uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que

as demais, apenas se desenvolve de forma diferente". A criança em sua essência é a mesma, precisa do outro para se socializar e crescer como pessoa e ser humano. Construir seu conhecimento através de sua interação com os demais fará do P.N.E. Um ser capaz como os outros, não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações, seus sonhos e sua vontade de ser respeitado como gente que pensa, sofre, ama, sorri, se decepciona e que busca o que todo ser humano deseja, ou seja, ser feliz e aceito por todos.

Há dois caminhos à seguir: ou saímos da rotina como sugere FREIRE e buscamos inovar a prática pedagógica diante da inclusão, ou ficamos discutindo que a mesma não é viável, jogando a culpa no sistema de ensino, nos ombros do governo, na família e em todos os setores da sociedade. Que garantias temos de que a Inclusão terá sucesso? Ou quando estas mudanças ocorrerão na prática? Essas respostas só serão respondidas quando passarmos dos discursos e dos debates para a prática em toda sua plenitude.

Uma das opções de integração escolar denomina-se *mainstreaming*, ou seja, "corrente principal" e seu sentido é análogo a um canal educativo geral, que em seu fluxo vai carregando todo tipo de aluno com ou sem capacidade ou necessidade específica. O aluno com deficiência mental ou com dificuldades de aprendizagem, pelo conceito referido, deve ter acesso à educação, sua formação sendo adaptada às suas necessidades específicas. Existe um leque de possibilidades e de serviços disponíveis aos alunos, que vai da inserção nas classes regulares ao ensino em escolas especiais. Este processo de integração se traduz por uma estrutura intitulada sistema de cascata, que deve favorecer o "ambiente o menos restritivo possível", dando oportunidade ao aluno, em todas as etapas da integração, transitar no "sistema", da classe regular ao ensino especial. Trata-se de uma concepção de integração parcial, porque a cascata prevê serviços segregados que não ensejam o alcance dos objetivos da normalização.

De fato, os alunos que se encontram em serviços segregados muito raramente se deslocam para os menos segregados e, raramente, às classes regulares. A crítica mais forte ao sistema de cascata e às políticas de integração do tipo *mainstreaming* afirma que a escola oculta seu fracasso, isolando os alunos e só integrando os que não constituem um desafio à sua competência (Doré et al., 1996).

Nas situações de mainstreaming nem todos os alunos cabem e os elegíveis para a integração são os que foram avaliados por instrumentos e profissionais supostamente objetivos. O sistema se baseia na individualização dos programas instrucionais, os quais devem se adaptar às necessidades de cada um dos alunos, com deficiência ou não.

A outra opção de inserção é a inclusão, que questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de integração - mainstreaming. A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. O impacto desta concepção é considerável, porque ela supõe a abolição completa dos serviços segregados (Doré et al. 1996). A metáfora da inclusão é a do caleidoscópio. Esta imagem foi muito bem descrita no que segue: "O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado" (Forest et Lusthaus, 1987 : 6).

A inclusão propiciou a criação de inúmeras outras maneiras de se realizar a educação de alunos com deficiência mental nos sistemas de ensino regular, como as "escolas heterogêneas" (Falvey et al., 1989), as "escolas acolhedoras" (Purkey et Novak, 1984), os "currículos centrados na comunidade" (Peterson et al., 1992).

Resumindo, a integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora - o caleidoscópio.

### 3. CONCLUSÃO

De certo que a inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior : o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação, na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

#### 4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1. BROWN,L. et alii (1983). Enseigner aux élèves gravement handicapés à accomplir des tâches essentielles em millieu de travail hétérogène.Wisconsin: University of Wisconsin e Madison Metropolitan School District.
2. DORÉ,R., WAGNER,S.,BRUNET,J.P. (1996). Conditions d'intégration à l'école secondaire - Déficience intellectuelle (título provisório). Em preparação.
3. FALVEY, M.A. e HANEY, M.Partnerships with parents and significant others. Em: Falvey, M.A. Community-basa curriculum. Instructional strategies for students with severe handicaps. Baltimore, MD: Paul H. Brookes Publishing Co. 15-34.
4. FERGUSSON,D.L. et alii (1992). Figuring out what to do with grownups:how teachers make inclusion "work"for students with disabilities. Em: The Journal of the Association for Persons With Severe Disabilities (JASH), 17 (4), 218-226.
5. FOREST,M. et LUSTHAUS,E. (1987). Le kaleidoscope: un défi au concept de la classification en cascade. Em:Forest,M.(organizadora) Education-Intégration. Downsview, Ontario: L'Institut A.Roeher. Vol. II.1-16.
6. MANTOAN,M.T.E. (1988). Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Scipione.
7. NIRJE,B. (1969). The normalization principle and its human management implications. Em: Kugel,R. et Wolfensberger,W. Changing patterns in residential services for the mentally retarded. Washington, Dc: President's Committee on Mental Retardation.
8. PURKEY,W.W. et NOVAK,J.M. (1984). Inviting school success. A self-concept approach to teaching and learning. Belmont: Wadsworth.
9. SAINT-LAURENT,L. (1994). L'éducation intégrée à la communauté en déficience intellectuelle. Montréal, Québec: Les Editions Logiques Inc.